

A Apropriação do Espaço da Universidade Pública pelos Movimentos Sociais que se Organizam em Prol das Mulheres

Thais Ribeiro Gomes (UEM) - thaisgomes.tg@gmail.com

Fábio Marques da Silva (UEM) - fabiomarques500@gmail.com

Hugo Minoru Kitazawa (Instituição - a informar) - hugominoru1@gmail.com

Resumo:

Face aos casos de tentativas de estupro contra mulheres que ocorreram no primeiro semestre de 2015 dentro do campus da Universidade Estadual de Maringá e em seu entorno, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), gerido pela chapa Voz Ativa, criou uma Secretaria de Mulheres, no sentido de atender a essas denúncias e se posicionar enquanto movimento de resistência dando voz a esse grupo silenciado. Diante deste cenário, busca-se responder neste artigo ao seguinte questionamento: como se estabelece a relação entre o movimento social de mulheres organizado pelo DCE da Universidade Estadual de Maringá e a apropriação do espaço da universidade? Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco participantes da gestão Voz Ativa do DCE, que foram analisadas à luz das teorias fundamentadas. Realizou-se ainda uma entrevista com a responsável pela página do Facebook denominada "Vamos Juntas - Maringá", que representa uma comunidade de mulheres que se organizaram para fazer companhia umas às outras em caminhadas por locais perigosos. Quando o espaço social - a universidade - não atende ao acesso público, observa-se a formação de grupos que se organizam com intuito de dar conta de um assunto de interesse público, mantido - curiosamente - longe da mídia e sem resposta do poder público.

Palavras-chave: *Movimentos Sociais, Espaço Social, Universidade, Apropriação do Espaço, Organizar*

Área temática: *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

1. INTRODUÇÃO

No primeiro semestre do ano de 2015, foram relatados alguns casos de tentativas de estupro e agressão contra mulheres dentro do *campus* da Universidade Estadual de Maringá e em seu entorno. Todos os relatos foram feitos anonimamente por estudantes da própria universidade junto ao Diretório Central de Estudantes (DCE), no sentido de buscar algum tipo de resposta ou posicionamento de autoridades públicas, sobretudo, da própria reitoria que, *a priori*, se manteve omissa frente a tais denúncias, alegando o desconhecimento dos fatos.

Em face desses acontecimentos, a gestão Voz Ativa do DCE convocou por meio das redes sociais uma reunião para tratar desses assuntos e criou, para tanto, uma Secretaria de Mulheres. Esse movimento social – organizado em prol da segurança da mulher no *campus* da universidade – se estruturou não somente com membros do próprio DCE, mas também contou com a disposição de estudantes e professoras que participaram da reunião e posteriormente, foram aderindo às propostas de problematizar esse tipo de crime silenciado pela mídia local, pela reitoria e pelo poder público.

Pensar a universidade enquanto uma instituição para a sociedade que a abriga e sustenta, incluindo família e movimentos sociais, se faz necessário e pertinente para que esse espaço desempenhe sua função social junto àqueles que fazem uso e se apropriam dele. O papel da universidade está para além da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, entretanto, a precariedade ao desempenhar sua função social é nítida.

De acordo com Santos e Almeida Filho (2008), a universidade se defronta com três crises, a saber: de hegemonia, de legitimidade e institucional. Vale ressaltar aqui que é mais coerente nesse estudo, lançar luz na crise institucional, que está fortemente atrelada – e induzida por ela - à crise financeira, e muitas vezes, até mesmo disfarçada dessa última. Esse fenômeno estrutural é oriundo da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) instaurada pelo modelo global neoliberal a partir da década de 1950.

A universidade pública perde prioridade, portanto, assim como outros bens públicos produzidos e mantidos pelo Estado, apresentando limitação de diversos recursos, pressões na gestão acadêmica e impacto não somente àqueles, estritamente, ligados a ela, mas também a sociedade civil em seu entorno. Santos e Almeida Filho (2008) argumentam que essa crise colocou a universidade pública a serviço de projetos modernizadores e autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público, resultando em uma série de dificuldades que justifica diversos problemas com os quais a instituição se depara nessa década.

Assumindo esse contexto como pano de fundo – o desinvestimento do Estado na universidade pública, as deficiências que dele derivam e os casos de violência observados no *campus* da Universidade Estadual de Maringá - pretende-se com o presente artigo responder a seguinte questão: como se estabelece a relação entre o movimento social de mulheres organizado pelo DCE da Universidade Estadual de Maringá e a apropriação do espaço da universidade?

Ao buscar a compreensão da apropriação do espaço da universidade por parte da ação desses movimentos sociais, algumas teorias acerca da problemática proposta foram acessadas para dar aporte ao trabalho. É importante ainda pontuar alguns conceitos caros que, muitas vezes, são confundidos, tais como: espaço e território. Toma-se como ponto de partida o conceito de espaço social elucidado por Lefebvre (2008), dialogando a todo o momento com o papel social que a universidade pública, em tese, deveria cumprir, qual seja o de contemplar o ensino, a pesquisa, a extensão e o acesso ao seu espaço à sociedade de seu entorno. O autor defende que o espaço é socialmente produzido e transformado, isto é, o espaço é resultado da ação humana e das relações sociais que nele se estabelecem (LEFEBVRE, 2008). Portanto, adotou-se o termo “espaço” – a partir da conceituação de Lefebvre - para tratar do âmbito da Universidade Estadual de Maringá.

Posteriormente, foram abordados os movimentos sociais e as formas por meio das quais o movimento organizado pela gestão Voz Ativa do DCE se estruturou e encampou ações no sentido de responder a uma demanda social negligenciada. Sem deixar de lançar luz às novas formas de “organizar”, assim como propõe Brulon e Peci (2015, p. 6) “é possível pensar os processos de organizar em sua relação recíproca com o espaço”. Além de autores como Duarte e Alcadipani (2016) que também contribuem com seus estudos acerca dos processos de organizar quando se olha para os movimentos sociais.

A terceira parte deste estudo, portanto, elucida o debate acerca da relação entre os movimentos sociais e a apropriação do espaço social da universidade. Isto é, de que forma esse movimento social oriundo das problematizações levadas ao DCE se estruturam e orientaram-se com o objetivo de se apropriar do espaço da Universidade Estadual de Maringá. Em seguida, pontua-se uma breve metodologia que traz os procedimentos utilizados para realização deste estudo e seus achados.

Por fim, a última parte do trabalho consiste nas considerações finais acerca daquilo que foi proposto juntamente aos dados encontrados, buscando responder à pergunta norteadora da pesquisa que tem caráter qualitativo, caracterizando um estudo exploratório

com coleta de dados primários e acesso a registros secundários, iluminados por meio da teoria fundamentada e da análise dos resultados.

2. O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO SOCIAL

Para que se possa compreender o papel que a universidade pública deve desempenhar em determinada sociedade, é pertinente conceituar primeiro a noção de espaço, tendo em vista que além de se estabelecer em determinado espaço físico, a universidade também abarca todo um espaço permeado por relações sociais, conflitos e ações que a constroem, refletem e influenciam.

Com o intuito de elucidar a noção do espaço, apropria-se do entendimento de Lefebvre (2008), no qual o espaço é um produto social, oriundo de diversas ações e relações encampadas pela sociedade ou pelo indivíduo. O autor define três momentos na produção social do espaço, a saber: o espaço concebido; o espaço percebido e o espaço vivido. O primeiro é o espaço da representação abstrata que pode se traduzir por meio do pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real, advindo notadamente de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, posto que para Lefebvre (2008) o espaço é político. O segundo implica na aproximação entre a representação desse espaço distante do real e das práticas espaciais que se originam das ações, valores e relações de cada formação social, isto é, seus uso e funções materializadas. Ao passo que o espaço vivido é oriundo das experiências cotidianas, denota as diferentes relações sociais que dele se apropriam e o transformam a todo o momento, emerge daqui o espaço social.

Entretanto, à medida que o espaço é produto social, é também produtor. Isto implica em dizer que o espaço ao mesmo tempo em que é produzido, interfere na produção, desempenhando um papel de mediador nas relações materiais. Assim como a produção da mercadoria, o espaço guarda em si omissões ao ser produzido socialmente (LEFEBVRE, 2008).

No entanto, a afirmação de que o espaço é socialmente construído não implica na negação de que ele esteja centrado na materialidade do mundo. O entendimento de espaço puramente geográfico deu um salto relevante com os estudos propostos por Lefebvre (2000, p.13), na obra “A produção do espaço”, cuja tese central argumenta que:

“[...] o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto

que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados.”

Corroborando com Lefebvre, Carlos (2014) entende que a partir da lógica capitalista, a produção se expande tanto para o social quanto para o espacial. Portanto, a produção do espaço ganha caráter de consumo, estendendo para o mundo da mercadoria a “produção do espaço”. O que se faz importante pontuar aqui é que ao assumir formas de mercadoria o espaço acaba por perder sua função social, e por que não dizer, a sua função pública.

O grande problema que se instaura ao passo que o espaço social perde sua função ou seu caráter primeiro, é que se perde a identificação, torna-se lugar de passagem, sem permitir que as pessoas criem seus próprios vínculos (CARLOS, 2014). Nesse sentido, ao olhar para a universidade pública enquanto palco criativo de saraus, shows e recitais, espaço que contemple as relações sociais fora das salas de aula e dos dias comerciais, e não somente como instituição produtora de conhecimento científico, ela se perde num espaço desorganizado.

Bem como o espaço social assume um perfil de mercadoria, a universidade pública vem percorrendo o mesmo caminho. Com as práticas de descapitalização da universidade pública e a transnacionalização do mercado universitário, Santos e Almeida Filho (2008) afirmam que a crise alcança proporções catastróficas nas universidades públicas de países periféricos e semiperiféricos, como é o caso do Brasil. Conseqüentemente, há um colapso de infraestruturas, ausência de equipamentos e segurança, pouco investimento em pesquisa, por fim, a total precarização da universidade pública, enquanto provedora de conhecimento bem como espaço social.

A Universidade Estadual de Maringá possui diversos *campi* em outras cidades, no entanto, o campus sede é construído em Maringá, com uma comunidade universitária formada por mais de 20 mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários e orçamento anual de mais de R\$ 180 milhões, a UEM pode ser comparada a uma cidade de pequeno porte, segundo IBGE. Pensar em todo esse espaço social produzido (não somente em termos físicos) com foco somente no ensino, negligenciando outras atividades sociais que possam ser desenvolvidas à sociedade, de forma geral, e ainda, sem oferecer a facilidade de acesso quando se fecham os portões, baixam as cancelas e se trancam todos os blocos, é pertinente questionar qual o papel que cumpre uma universidade pública enquanto espaço social. Isto é,

a que lógica ela serve ou de que forma deveria manter seu funcionamento de acordo com o seu caráter público.

À medida que a Universidade Estadual de Maringá perdeu algumas de suas características de um espaço público, que contempla o coletivo e as expressões criativas, os movimentos artísticos começam a ficar escassos mediante ordens da própria reitoria e principalmente, por falta de investimento daqueles responsáveis pelo desenvolvimento das atividades sociais e culturais, ou seja, o próprio Estado, mantenedor desse bem público. É nesse cenário de esvaziamento e abandono, que a o espaço da universidade passa a ser palco da criminalidade, seja por conta da falta de estrutura física para segurança, seja por conta da ausência de cidadãos e usuários, que poderiam estar a usá-la enquanto espaço de interações sociais que constroem e dão tom a dinâmica do lugar.

Nesse sentido, Lampert (2010, p. 25) argumenta que “é praticamente consenso entre gestores, docentes e discentes a falta de recursos e investimentos [...] afirmam que pouco se pode realizar em termos concretos para a melhoria de vida da população e do entorno”. Não obstante, a autora avança sua reflexão lembrando que a universidade não é o único espaço de difusão cultural, entretanto, é um de seus objetivos primordiais. A atuação da universidade enquanto espaço social, dessa forma, necessita ser repensada e problematizada para atender à sociedade desempenhando seu papel fundamental.

3. OS NOVOS FORMATOS DO “ORGANIZAR” (*ORGANIZING*) E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

É nesse contexto da universidade que surgem situações adversas e de violência contra a mulher. E conseqüentemente, formas alternativas de organizações se constituem enquanto movimentos emergentes de resistência, um resultado não intencional de esforços locais, datados de sentido e capacidade organizativa, com intuito de enfrentar o silenciamento ou a omissão das autoridades em relação a determinados problemas sociais. No entanto, a área de Estudos Organizacionais convencionais, tendem a ignorar o fato que as ações de organizar não estão restritas às organizações formais, pois também são praticados por grupos informais (DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

No campo das ciências sociais, incluindo os EO, a partir da década de 1970 têm-se possibilitado novas perspectivas teóricas que enfatizam a necessidade de uma nova inteligibilidade em ciências, situadas no contexto que pode ser identificado como movimento

científico, cultural e artístico que tem sido chamado de pós-modernidade (MOSCHETA, 2014). Neste sentido, Duarte e Alcadipani (2016) explicam que a inserção das ideias pós-modernas no campo, tem contribuído para a desconstrução das noções rígidas das metanarrativas organizacionais, e sugerindo o abandono da concepção de organização enquanto uma unidade fixa, sólida, com fronteiras bem delimitadas, possibilitando novas perspectivas para explorar a análise organizacional a partir de uma visão processual.

Esta visão processual das organizações atreladas ao contexto pós-moderno passaram a não serem mais compreendidas como substantivas, no sentido de serem entidades fixas, homogêneas e estáveis, mais sim, como verbos ou processos, isto é, passaram a ser compreendidas como processos ou práticas de organização (*organizing*), os quais se apresentam de modo heterogêneo, difuso e complexo, em constantes fluxos e transformações (DUARTE; ALCADIPANI, 2016, p. 60).

Sob a perspectiva do *organizing*, Duarte e Alcadipani (2016) retratam que sua abordagem se estabelece como um viés alternativo às metateorias organizacionais, no sentido de iluminar uma nova visão sobre as organizações a partir de sua perspectiva processual, heterogênea e precária, cujo objetivo é de chamar a atenção para o fato de que a existência de diferentes realidades organizacionais devem ser compreendidas como resultado do organizar, seja por meio da atuação de um movimento de luta e resistência, seja por meio de grupos de cooperação ou qualquer movimento que se estabelece enquanto processos de se organizar.

Pensando nessas novas formas de se organizar – propostas pelos Estudos Organizacionais - ao olhar para um grupo, isto é, um movimento social que se estrutura a partir de uma reivindicação ou resistência, Brulon e Peci (2015) elucidam a seguinte reflexão, corroborando com Duarte e Alcadipani:

“[...] não se pode perder de vista o caráter dinâmico, contínuo e reflexivo da relação que se estabelece entre as organizações e os espaços nos quais estão inseridas. Portanto, a centralidade das organizações no processo de produção do espaço, e como mediadoras das práticas sócio-espaciais, só poderá ser assumida quando as organizações forem concebidas a partir de uma perspectiva processual, enquanto acontecem como entidades inacabadas ou como contexto para ação e interação humana (DALE, BURREL, 2008 apud BRULON, PECCI, 2015)”.

É pertinente olhar para os processos e entender que o processo de “organizar” mantém uma relação recíproca com o espaço, como um processo contínuo e dinâmico (BRULON, PECCI, 2015). Portanto, com o entendimento do processo de se organizar dos movimentos sociais, em Brulon e Peci (2015), que se compreende como esses movimentos são inerentes

ao espaço no qual se inserem. Modificando-o e ao mesmo tempo, sofrendo modificações advindas das relações – sejam de poder, conflituosas ou harmoniosas - que se perfazem neste espaço.

Segundo Alvarez (2000), o campo de ação de lutas e resistência se estende para abranger não só o sistema político, mas também o futuro do desenvolvimento e a erradicação de desigualdades sociais tais como de raça, de gênero, entre outras minorias representadas nessas ações coletivas.

Faz-se necessário, portanto, definir o que são os movimentos sociais. Para tanto, vale ressaltar a contextualização do surgimento do termo. Em 1845, Engels (2007) publica a obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” e é nela que o termo “movimentos sociais” aparece pela primeira vez nos estudos sociológicos da época. Ao realizar a análise da sociedade capitalista, Engels (2007, p.4) afirma que “A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais do nosso tempo, porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social.” O entendimento dos movimentos sociais surge a partir da categoria classe, para Engels (2007) esse movimento - de classe - é social à medida que ele aponta para a perspectiva de uma forma de sociabilidade que está para além das relações de exploração. Em outras palavras, os movimentos sociais carregam em si um projeto de sociedade, isso está em sua essência e objetivo.

Ao longo do tempo, esse termo foi cunhado por diversos autores de diferentes áreas e paradigmas, o que acabou por dar uma nova perspectiva para o termo, ou ainda, novas perspectivas. Na concepção pós-moderna, a qual aqui se segue, abandona-se o projeto de sociedade encampado pelos movimentos sociais na conceituação de Engels (2007). Vive-se o presente, e as lutas econômicas (trabalho) perdem a centralidade, dando lugar as lutas culturais, oriundas de demandas mais subjetivas dos indivíduos. Sobretudo a partir de Touraine (2002), os movimentos sociais passam a ser caracterizados como lutas de minorias, isto é, demandas culturais.

Tendo o cenário que se construiu no palco da Universidade Estadual de Maringá, apropriou-se dos estudos de Alexander (1997) que argumenta que o termo movimentos sociais diz respeito ainda às lutas políticas, organização e discurso de líderes e seguidores que se formam com o objetivo de mudar, de modo geralmente radical, a distribuição vigente de recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.

Misoczky et. al. (2008), em contrapartida, faz uma extensa revisão de literatura acerca dos movimentos sociais no contexto científico estadunidense. A autora se depara com um vasto material fortemente influenciado pelos Estudos Organizacionais, com implicações gerenciais, a partir das teorias de mobilização de recursos e a da estrutura de oportunidades políticas. Diferentemente do que sustenta a vertente estadunidense, a europeia prima pela explicação sobre a emergência do ator, o foco está na identidade do movimento social, de que forma no interior da estrutura da dinâmica de conflitos de uma dada sociedade.

Essa vertente europeia abordada pela autora seria mais apropriada para seguirmos uma linha de raciocínio até falar do movimento social que se estruturou dentro da universidade (MISOCZKY, 2008). Ainda no que tange a sua origem, Safatle (2012, p. 46) nos brinda com a seguinte definição:

“Existem certos momentos na história em que um acontecimento aparentemente localizado, regional, tem a força de mobilizar uma série de outros processos que se desencadeiam em diversas partes do mundo. Ou seja, as ideias, quando começam a circular, desconhecem as limitações do espaço, pois têm a força para construir um novo [...]”.

De maneira geral, os movimentos sociais são entendidos como uma ação coletiva organizada por determinado grupo que visa alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de determinado contexto sócio-histórico. Para Harvey (2013), o desenvolvimento urbano desigual calcado na luta contemporânea diária da construção da cidade excludente traça o cenário ideal para o conflito social. Se pensarmos em toda a falta de segurança que se perfaz o *campus* da universidade, a lógica do espaço da universidade segue a do cenário urbano, precário, desigual e privilegiando poucos em detrimento de muitos.

Portanto, em resposta às denúncias dos casos de tentativas de estupro que ocorreram na Universidade Estadual de Maringá, surge a Secretaria de Mulheres, enquanto um movimento social – organizado em prol da segurança da mulher no *campus* da universidade – que se estruturou não somente com membros do próprio DCE – na gestão vigente “Voz Ativa”, mas também contou com a disposição de estudantes e professoras que participaram da reunião e posteriormente, foram aderindo às propostas de problematizar esse tipo de crime silenciado pela mídia local.

A Secretaria de Mulheres emerge de uma parceria da gestão Voz Ativa com a Juventude do PSTU – Maringá (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) que atuavam em conjunto no DCE buscando responder às demandas dos alunos da universidade, que

muitas vezes, ficavam desamparados pela própria instituição. A iniciativa surge das coordenadoras do diretório com a participação de mulheres de diversos cursos. Os objetivos principais sempre foram pautar as questões do machismo e seus reflexos no cotidiano das mulheres da comunidade acadêmica, sobretudo com relação à violência contra mulher. Isso se refletiu em várias discussões e, as principais ações para fora do DCE, com visibilidade na universidade e na comunidade externa.

De certa maneira, a atuação dos movimentos sociais pode, além de dinamizar e modificar as relações no espaço, inserir determinada demanda social na agenda pública, realizando práticas enquanto atores visíveis que problematizam questões sociais inserindo-as na agenda para a definição de políticas públicas (HARVEY, 2013).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com um recorte transversal, pois aborda as relações que se dão em um momento específico da história, isto é, no primeiro semestre do ano de 2015 (DENZIN, LINCOLN, 2006). Será enfatizado o período em que ocorreram os casos de violência no campus da universidade e da gestão do DCE realizada pela chapa Voz Ativa, que nos dias de hoje já não assume mais essa gestão.

A coleta dos dados primários foi obtida por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais coloca o entrevistador diante de questões que são levantadas pelos respondentes, pressupõe a interação entrevistador-respondente, e tem por objetivo maior o entendimento do problema em si, muito mais que a explicação do resultado final. Lembrando sempre da importância de algumas questões éticas, como: proteção da identidade e privacidade dos respondentes; assumir a ética situacional; manter a veracidade; manter princípios de honestidade, justiça, respeito e bondade (FONTANA, FREY, 2005).

Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa com os documentos produzidos pelo DCE – informativos, panfletos e banners digitais - e pela mídia local - que se manifestou somente com relação ao ato realizado dentro do *campus* da universidade, noticiando brevemente a ação realizada - além da construção o referencial teórico enquanto aporte substancial dessa pesquisa. Houve ainda a participação em duas reuniões e em um dos atos proposto pela Secretaria de Mulheres, para que o movimento fosse analisado e entendido a partir de seu funcionamento.

Posteriormente, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas em meio às reuniões promovidas pela Secretaria das Mulheres e pelo *Facebook*, com cinco mulheres, sendo quatro delas membros da gestão Voz Ativa, do DCE em parceria com o movimento de jovens do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), ao passo que uma delas é a criadora da página no *Facebook* da comunidade “Vamos Juntas - Maringá”. A transcrição e análise de dados das entrevistas semiestruturadas se deram à luz das teorias acessadas acerca da crise da universidade, dos movimentos sociais e suas formas de organizar, e ainda, da apropriação do espaço.

Em termos metodológicos, a pesquisa teve como limitação, principalmente, as dificuldades em encontrar mais membros da gestão Voz Ativa do DCE, tendo em vista que ao trocar a gestão neste ano de 2016, muitas das alunas que participavam das reuniões se formaram e não foram mais atuantes dentro do movimento. Para contornar as dificuldades, as informações obtidas com as entrevistadas foram aprofundadas no sentido de sanar possíveis dúvidas ou interpretações dúbias que pudessem comprometer a pesquisa.

5. A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PELAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No caminho que foi percorrido para versar este texto, usou-se o termo espaço e espaço social, cunhados por Lefebvre (2008). No entanto, ao longo dos estudos, os termos se confundem, tendo em si o mesmo significado para o presente trabalho. Ao se referir ao espaço, é do próprio espaço social – conceituado por Lefebvre (2008) – que se está abordando.

Tratar a instituição, ou o bem público, Universidade Estadual de Maringá, é muito mais contemplada pelo termo “espaço social” o qual foi apropriado para este estudo, à medida que um movimento de resistência se estabeleceu neste espaço físico e contempla ações que se apropriem de certa forma desse espaço da universidade; este espaço, diante a viabilização do movimento passa a se tornar uma construção social, visto que sofreu modificações a partir da ação humana e das relações de poder que ali se estabeleceram (Lefebvre, 2008). Portanto, o termo espaço (ou espaço social) é usado naquilo que tange a apropriação e o avanço dos movimentos sociais no *campus* da universidade.

Para Souza e Rodrigues (2004), os ativismos sociais que podem vir a estruturar movimentos sociais sólidos, são permeados de relações de poder e se fortalecem a partir de

um espaço no qual se inserem e desenvolvem suas ações coletivas. Os ativismos urbanos precisam investir mais sua capacidade em formular alternativas e formas de manutenção, frente à escassez de recursos.

É nesse sentido, que o movimento social de mulheres se estabeleceu no espaço da Universidade Estadual de Maringá, fazendo dele o espaço do qual se apropriou encampando ações coletivas com o intuito de chamar a atenção das autoridades (em especial, a reitoria). A Secretaria de Mulheres propôs no dia 09/09/2015, a primeira reunião de mulheres para que todas as participantes trouxessem ideias a serem debatidas e soluções fossem propostas.

Em reunião ampliada, foram discutidos os casos de violência sexual ocorridos no *campus* da universidade e nas proximidades. “Recentemente, esses casos se intensificaram e ganharam destaque, mas não se pode esquecer que esse tem sido um problema recorrente nos últimos anos, as mulheres são obrigadas a lidar com o medo de serem as próximas vítimas da violência sexual nesses locais” (fala do membro 1 da Secretaria das Mulheres, Voz Ativa).

A reunião contou com a participação de cerca de 30 mulheres, entre as quais estavam estudantes e professoras da instituição, na qual foi traçado um plano de ações coletivas como forma de dar uma resposta organizada aos casos de violência contra as mulheres no entorno da universidade, bem como nos locais de acesso a ela. Foi deliberado que “é preciso cobrar da administração da universidade a tomada de medidas que visam melhorar a segurança no *campus* e, para tanto, a melhora do sistema de iluminação desse local é imprescindível” (fala do membro 2 da Secretaria das Mulheres, Voz Ativa).

Figura 1 - Banner digital da primeira reunião promovida pela Secretaria de Mulheres



Fonte: Página do Facebook da gestão Voz Ativa, 2015.

A partir da reunião, portanto, a primeira ação das mulheres ali reunidas foi definida em um ato em defesa da vida das mulheres e exigindo melhoras na iluminação no *campus* da

universidade, que estava bastante deficitário. Um grupo se estruturou e se apropriou das ruas centrais de dentro do *campus* da universidade e seguiram em marcha sentido reitoria.

As ações coletivas nas quais o movimento de mulheres se debruçou compreenderam as seguintes ações: a primeira reunião do grupo que serviu como forma de estruturar desdobramentos futuros acerca de ações a serem desenvolvidas; um ato de manifestação que reclamasse pela falta de iluminação no *campus* da Universidade Estadual de Maringá, cujo percurso se iniciou frente à Biblioteca Central e percorreu o caminho das ruas centrais até chegar em frente ao prédio da reitoria e lá ficaram enquanto duas das líderes do movimento estavam em tramitação com o reitor; outra ação foi desenvolver uma página no Facebook denominada “Vamos Juntas” - Maringá que conta com mulheres do Brasil inteiro enquanto membros da comunidade que funciona da seguinte forma: as mulheres que estiverem caminhando sozinhas e por algum motivo tiverem medo ou quiserem companhia para evitar qualquer tipo de abuso e agressão entram em contato umas com as outras e se encontram no sentido de não permanecerem sozinhas seja por conta do perigo, seja por conta da localização, etc.

O “Ato pela Iluminação” foi amplamente divulgado dentro do campus e nas redes sociais, tendo por fim, o apoio de estudantes e servidores que se disponibilizaram a caminhada e confecção de cartazes. O reitor ouviu e acatou parte das reivindicações, entretanto, nem tudo que foi dialogado, de fato, foi feito de acordo com a fala do membro 1 da Secretaria: “Temporária e parcialmente, sim. As lâmpadas queimadas e quebradas da passarela de acesso aos blocos G34 e G56 foram repostas, por exemplo. Mas as promessas da reitoria de mudança do sistema de iluminação da UEM, por exemplo, com a troca das lâmpadas atuais pelas LED, não.”

Figura 2 - Banner digital do Ato pela Iluminação do *Campus*



Fonte: Página do Facebook da gestão Voz Ativa, 2015.

Nos meses seguintes, outras reuniões da Secretaria foram agendadas com intuito de debater a situação das mulheres e sua segurança no *campus*, no sentido de ainda buscar novas alternativas e ideias que culminassem na segurança de estudantes, professoras, servidoras e cidadãs que acessam esse espaço. Por fim, a Secretaria de Mulheres da gestão Voz Ativa promoveu a I Semana de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, que contou com a participação ativa de professoras, palestrantes, militantes e ativistas do movimento feminista em prol não somente da segurança no *campus*, mas também pela segurança em todo entorno da universidade e outros assuntos no que concerne a violência contra mulher e sua segurança.

Os debates que compunham o evento contemplavam temas tais como: feminismos, com convidadas do Movimento Mulheres em Luta (MML) e do Coletivo Yalodê-Badá; violências e interseccionalidades, com a presença de professoras da própria universidade; assédio moral e sexual no trabalho; violência obstétrica contando com a presença de uma psicóloga, e por fim, sobre o trote opressor nos inícios dos cursos da universidade.

A imagem em seguida, foi produzida pela própria Secretaria de Mulheres, com intuito de divulgar o evento nas redes sociais e dentro da própria universidade, onde pôsteres foram colocados nos murais dos blocos de diversos cursos:

Figura 3 - Banner digital da I Semana de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres



Fonte: Página do Facebook da gestão Voz Ativa, 2015.

Diante dos estudos de Santos e Almeida Filho (2008) acerca da crise da universidade, é possível promover um diálogo com a fala da entrevista Membro 5, quando esta afirma que: “o campus da UEM está abandonado há algum tempo e isso faz com que este espaço se torne propício para crimes, todas as manifestações de arte foram cortadas das atividades

universitárias, a iluminação é precária e o trânsito de pessoas que era grande aqui dentro, no período da noite, foi quase extinto”. Entender o processo de crise institucional, que se inicia na crise financeira e se estende por todas as esferas da universidade – ensino, pesquisa, extensão, função social e espaço físico – é importante para que esta fala se contextualize enquanto a problematização da atual situação na qual se encontra o *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

De certa maneira, ainda nesse sentido, a fala a seguir corrobora com esse debate: “os problemas para as mulheres são vários e não param. Poderíamos citar aqui a questão da necessidade da ampliação no quadro de vigilantes da universidade, seu melhor treinamento e a inversão de prioridades da instituição, que visa com a função da vigilância proteger o patrimônio físico e não o humano” (fala do membro 3 da Secretaria das Mulheres, Voz Ativa).

No tocante a alguns achados das entrevistas e das participações nas reuniões, a compreensão que se tem de diferentes formas de organizar (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; BRULON, PECI, 2015) não é problematizada ou explícita para as próprias mulheres que se organizaram para a formação da Secretaria. “As coisas aconteceram meio que como uma reação, uma forma de responder a essa violência, não pensamos exatamente como seria distribuídas funções e outras atividades, mas tudo funcionou de forma mais ou menos organizada mesmo” (fala do membro 4 da Secretaria de Mulheres), elucida-se, nesse momento, a dinamicidade desse movimento social, essa forma de organizar não é estática, não se finda à uma instituição, mas movimenta-se enquanto processo e a se apropria do espaço a partir de suas práticas.

Lançando luz nas teorias que versam sobre os movimentos sociais, a Secretaria de Mulheres atende à uma demanda social, cultural e que contempla uma minoria. No entanto, assume um objetivo claro em sua essência, encampando uma luta que busca mudar a situação vigente (ALEXANDER, 2007).

A criadora da página “Vamos Juntas” pontuou ainda que é mais fácil reunir “essa mulherada pelo *Facebook* e através da universidade” do que esperar, de fato, que o poder público dê algum respaldo com relação às denúncias de violência. Nessa fala fica explícito dois apontamentos abordados pelos autores: tanto as formas de organizar são dinâmicas, expressivas e efetivas, bem como a universidade enquanto um bem público se afunda em uma crise institucional e tão pouco responde pelo seu espaço (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da fala das mulheres entrevistadas e das possibilidades de se olhar para universidade enquanto um espaço que se perfaz de diversas formas de se relacionar e de se organizar, o que se pode observar na formação de um movimento social de resistência culmina justamente como uma resposta à omissão da autoridade na universidade, ou seja, a negligência da reitoria em face dos fatos ocorridos deu origem a uma frente de resistência que se apropriou do espaço da universidade para desenvolver ações coletivas que pressupõe formas alternativas de se organizar.

O movimento social que se formou no sentido de discutir e lutar contra lógica do patriarcado e da violência contra a mulher resultou em diversas ações coletivas que se perfizeram no âmbito da universidade, sobretudo, transformando e se apropriando do espaço do *campus* no qual tais processos de se organizar e realizar práticas cotidianas se desenvolveram.

Pensar no dinamismo que se desenvolve nas atividades de um movimento social, além de pertinente, faz mais sentido ao olhar para esse movimento enquanto forma de organização, movimento este, no qual os Estudos Organizacionais tem se debruçado cada vez mais. O movimento social não pode ser entendido como uma organização acabada, entretanto, ao pressupor todo processo dinâmico do se “organizar” em prol de ações coletivas, o processo se desdobra em um movimento, em uma organização não acabada, em processo contínuo (BRULON, PECCI, 2015).

A compreensão da formação do movimento social no *campus* da Universidade Estadual de Maringá - Secretaria de Mulheres - corroborou com o aparato teórico acessado e buscou responder a pergunta norteadora do artigo. A relação que se estabelece entre o movimento social e a apropriação do espaço da universidade é dinâmica, encampa ações coletivas e pressupõe um processo por meio do qual a organização do movimento social não só é produto do espaço no qual se insere (surge frente aos casos de tentativas de estupro), como também produz o espaço, ao passo que desenvolve processos (como o ato de mobilização) que altera toda a dinâmica vigente nesse espaço social.

Por fim, além de produto e produtor do espaço, o movimento social entendido como uma organização que age a partir de um processo dinâmico que encampa diversas práticas coletivas, torna-se também moderador das relações sociais ou de poder que se perfazem no âmbito no qual se insere. A pergunta de pesquisa serviu enquanto norteadora do estudo que

permite alguns desdobramentos futuros podendo não somente olhar para dentro da Universidade Estadual de Maringá, mas para além do *campus*, observando medidas e reivindicando um posicionamento não apenas na reitoria, mas sim do poder público como um todo.

À medida que a universidade se constituiu enquanto espaço público social, as políticas públicas que norteiam seu funcionamento se dão em âmbito público governamental e sua implementação pode ser cobrada também por grupos de resistência. A pertinência de estender essa abordagem das formas de organizar e da apropriação do espaço balizando um debate acerca das políticas públicas pode vir a constituir um desdobramento para uma pesquisa futura. Não obstante, o entendimento das crises da universidade dialoga fortemente com a definição dessas políticas sociais e são perpassados por diversos movimentos e formas de se organizar, assim como o caso da Secretaria de Mulheres, na Universidade Estadual de Maringá.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil**. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, nº37, 2007.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

BRULON, V.; PECI, A. **Quando os processos de organizar se chocam: hibridismos no espaço social de favelas**. Anais do III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2015.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. S. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

COELHO, K da S. **“Participação e ‘Não!’ ao Plano da CEPA”**: uma análise das práticas organizacionais de resistência à nova proposta de plano diretor apresentada pelo poder público de Florianópolis. Anais do XXXVII Enanpad, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Márcia de Freitas; ALCADIPANI, Rafael. **Contribuições do Organizar (*Organizing*) para os Estudos Organizacionais**. Revista Organizações & Sociedade, v. 76, n.23, 2016, p. 57-72.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERREIRA, A. **A produção do espaço urbano: entre dominação e apropriação**. Um olhar sobre os movimentos sociais. Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007.

FONTANA, A.; FREY, J. The Interview: from neutral stance to political involvement. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition**. London: Sage, 2005.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IBGE. Acesso em 14 de junho de 2016. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41>>.

LEVEBVRE, Henry. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____, Henry. **Espaço e política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

MISOCZKY, M. C. A.; CERQUEIRA, P. R.; CAMARA, G. D.; COTO, G. C. **De território de consumo a território de luta pela livre orientação sexual: os conflitos em torno do centro comercial Nova Olaria (Porto Alegre)**. Anais do XXXV Enanpad, 2011.

_____, M. C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. **Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos?** Cadernos Ebape, v. 6, n°3, Rio de Janeiro, Set. 2008.

MOSCHETA, M. dos S. A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In: GUANAES-LORENZI, C. et al. (Org.). **Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David (et al.). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Sousa. **Territorialidade e Identidade nas Organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte**. Rev. Adm. Mackenzie, v. 15, n°2, São Paulo, Mar.-Abr. 2014, p. 97-126.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UEM. Acesso em 14 de junho de 2016. Disponível em <
http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=75&Itemid=256>.